

Trab. Ling. Aplic., Campinas, (42): 125-134, Jul./Dez. 2003.

ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE A 'QUALIDADE' DOS CURSOS DE IDIOMA DE INICIATIVA PRIVADA E O SILENCIAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS PAULISTAS

ÊNIO DE OLIVEIRA¹
(Mestre em LA/UNICAMP)
ILKA DE OLIVEIRA MOTA
(Mestranda em Lingüística/UNICAMP)

ABSTRACT

The purpose of this paper is to examine an important aspect of the process of English Teaching as a Foreign Language. We have chosen to focus our attention on the relation between Secondary Public Schools and Private English Language Institutes. Our corpus consists of a written proposal for a partnership submitted by a Private English Language Institute to a Secondary Public School. Our analysis is theoretical and methodologically grounded in the underpinnings of Discourse Analysis. We argue that there is no possibility of analyzing any discursive issue without considering studies which focus on the notions of Imaginary Formation, Ideology, History and Subject. The confrontation of the written data and the studies of Discursive Analysis lead us to conclude that the discourse that surrounds English Teaching in Public and Private Schools of São Paulo is highly political and ideological encumbered.

INTRODUÇÃO

Em um estudo anterior (Oliveira, 2002), analisamos o processo de construção imaginária sobre o fazer pedagógico do professor de inglês de escola pública de educação básica em escolas de Campinas e cidades vizinhas, tendo como corpus de pesquisa o relato de alguns professores de inglês que participaram de um curso de extensão oferecido por nós no Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp. Pudemos verificar que muitos professores de inglês, ao se referirem ao ensino de inglês nas escolas públicas, se baseiam na 'qualidade' dos cursos de idiomas de iniciativa privada.

No presente estudo, continuaremos com a temática discursiva que confronta as instituições públicas e privadas que trabalham com o ensino de inglês, porém, desta vez com um corpus de pesquisa diferenciado.

Analisaremos uma proposta de parceria de uma instituição privada (doravante IP), que lida com o ensino da língua inglesa, feita a uma escola pública de ensino médio

¹ Professor de inglês na Faculdade de Americana - FAM.

(doravante EP). Nossa análise será amparada pelo referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa e brasileira. Teremos como aparato teórico o conceito de formações imaginárias, que, constitutivas das condições de produção, direcionam os gestos de interpretação dos sujeitos envolvidos na EP e na IP.

Com esta análise, objetivamos trazer à tona reflexões sobre a fundação das formações imaginárias que se têm sobre o ensino de inglês em escolas públicas e cursos de iniciativa privada e o processo de silenciamento da voz da EP articulado pela IP, uma vez que tanto as formações imaginárias quanto esse silenciamento da EP são determinados por uma política de ensino de línguas estrangeiras.

1- FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

As formações imaginárias, segundo Orlandi (2000), fazem parte das condições de produção do discurso. Em Foucault (1969: 124) temos a definição de condições de produção como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

Para que estabeleçamos as condições de produção do discurso *sobre* professor de língua inglesa na escola pública, produzido pelos institutos de idiomas de iniciativa privada (institutos de idioma), nos basearemos na distinção estabelecida por Orlandi (op. cit). Esta autora considera que as condições de produção do discurso podem ser de sentido estrito, em que temos as circunstâncias da enunciação: o contexto imediato que, em nosso caso, aponta para fatores presentes em uma sala de aula de língua inglesa, tais como o fato de o professor decidir desenvolver uma e não outra atividade, o fato de o professor se preocupar incisivamente com a metodologia de ensino, material didático, utilização de recursos tecnológicos em detrimento das questões políticas que constituem o fato de se ensinar uma determinada língua estrangeira, por exemplo.

As condições de produção também podem ser de sentido amplo, incluindo o contexto sócio-histórico, ideológico. A decisão de se ensinar uma língua estrangeira e não outra, por exemplo, faz parte de uma política de ensino de língua, bem como as imagens produzidas sobre o que é ser professor de inglês em escola pública. Essas são condições que, muitas vezes, decidem o posicionamento ideológico do professor.

Segundo Pêcheux (1990), as formações imaginárias designam o lugar em que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro; elas são regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações e as posições.

Analisaremos, então, as formações imaginárias que a IP tem sobre a EP ao decidir elaborar uma proposta de parceria. O mecanismo de produção do discurso presente na proposta elaborada pela IP é um processo sobre o qual se funda a estratégia de um discurso de natureza argumentativa. A antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva do discurso. Pela antecipação, o locutor experimenta o lugar de seu ouvinte. Esta é, pois, a maneira como ele representa as representações de seu interlocutor e vice-versa.

A partir desse jogo de imagens, constitutivo das condições de produção do discurso, perguntamos – tendo em vista nosso corpus de pesquisa: Quem é esse outro para a IP? Qual é a imagem que os profissionais e donos da IP fazem dos professores de inglês que atuam na escola pública? Qual é a imagem que os donos da IP fazem deles mesmos? Qual é a legitimidade do lugar de onde os donos da IP enunciam a ponto de apresentarem uma proposta de ensino de inglês a uma outra instituição que já trabalha com o ensino de inglês? Qual é a imagem que o Diretor da EP faz do ensino de inglês na EP e na IP para aceitar a proposta da IP?

Para responder a estas perguntas recorreremos à materialidade lingüística e analisaremos sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o processo histórico-ideológico em que estão inseridas as instituições de iniciativas públicas e privadas. Observaremos o modo de construção do imaginário sobre o ensino de inglês necessário na produção de sentidos que dizem os professores da EP.

2 - DESENVOLVIMENTO

Segundo consta do Projeto Pedagógico da escola em pesquisa, a EP é uma escola que, por oferecer apenas o Ensino Médio, atende majoritariamente a um corpo discente de faixa etária de 16 a 20 anos e atrai a atenção das mais diferentes instituições, de modo que os murais da EP permanecem preenchidos por propagandas de cursos, shows, palestras etc. durante todo o ano letivo.

É senso comum afirmarmos que, neste mundo capitalista em que vivemos, cuja máxima que orienta os lucros e minimiza as perdas é a célebre divisa “*business is business*” e que “a propaganda é a alma do negócio”, tem-se como pressuposto que ganha mais quem dispuser de mais contatos e tiver bons recursos “retóricos” para convencer o outro. Isso funciona como um efeito de pré-construído que, P. Henry (apud Pêcheux, 1988: 99) define para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Atendendo a essas leis do mundo da propaganda que funcionam como pré-construído, a IP divulga seus cursos de inglês em uma instituição que já lida com o ensino de inglês, mas que não se caracteriza como uma concorrente.

Realizaremos, a partir de agora, uma análise da proposta de convênio da IP enviada a EP, que se intitula: “Termo de Compromisso de Prestação de Serviços e Concessão de Vagas a (EP)”. O objetivo de nossa análise é aprofundar nossas reflexões sobre as questões políticas do ensino de inglês nas escolas públicas de São Paulo, e por meio da descrição e interpretação do funcionamento da proposta, explicitar os mecanismos dos processos de significação sobre as posições da EP e da IP.

Para a Análise de Discurso de linha francesa, o sentido se dá por uma filiação de significados, de enunciados, de forma que se torna possível, por meio dos trabalhos com as paráfrases, sinonímias, relação do dito e do não dito dos professores com a proposta da IP, analisar os processos de construção dos sentidos que permeiam a relação entre a IP e a EP.

Há, na Análise de Discurso, segundo Orlandi (2001:23), necessidade de uma passagem da noção de “função” à de “funcionamento” (sendo que esta nos permite encontrar as

regularidades), e da construção de um dispositivo analítico baseado na noção de efeito metafórico. A noção de funcionamento discursivo permite que o analista possa trabalhar não somente com o que as partes significam, mas com as regras que tornam possíveis qualquer parte.

A definição de efeito metafórico situa a questão do funcionamento face à articulação entre língua e discurso. O efeito metafórico, segundo Pêcheux (1975), é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, observando-se que este deslizamento de sentidos entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y.

A proposta a ser analisada se inicia de uma forma já conhecida pelos alunos brasileiros, constantemente expostos a promoções de escolas de inglês, de informática, etc.

“A IP tem o prazer de convidar os alunos desta escola a participarem dos cursos de INGLÊS”.

É construído um enunciado que nos remete ao estabelecimento de uma relação com a fala de apresentadores de espetáculos. Um enunciado que traz em si as felicidades e os prazeres que podem ser encontrados em ambientes que proporcionam divertimento a um dado público, em nosso caso, na IP em questão.

Lembramos que Orlandi (op. cit.) define interdiscurso como o já-dito que sustenta a possibilidade mesma de dizer². Assim sendo, o enunciado “temos o prazer em convidar” remete a uma memória histórica que, pela sua repetição em outras discursividades, acaba produzindo efeitos no funcionamento discursivo da proposta da IP.

A IP estrutura seu o enunciado submetendo-se à discursividade cujos sentidos significam os cursos de inglês como espaços onde os alunos se divertem o tempo todo, onde o professor cumpre o papel de animador, onde as coerções/contradições que constituem a relação professor-aluno não existem e um lugar em que se tem o “efeito de ilusão” de que se fala a mesma língua. Destarte, a escola *tem o prazer de convidar* o aluno a participar de suas aulas e o aluno deve pagar para ver o espetáculo, para ser um espectador e nunca um protagonista.

Podemos afirmar que as imagens que a IP tem sobre o ensino de inglês oferecido pela EP é o que legitima os representantes da IP a enviar uma proposta a EP, uma vez que se considerarmos que as duas instituições ensinam a língua inglesa e se estas imagens que a IP tem da EP não fossem legitimadas, não haveria a possibilidade de se pensar em tal sentido. Seriam ilegítimas.

No enunciado acima, podemos perceber que a IP parte do pressuposto de que os alunos da EP não aprendem inglês na própria EP, e decide então convidá-los a participarem de um curso de inglês. Esses pressupostos são determinados historicamente pelo discurso de que não se ensina e não se aprende inglês em escolas públicas, restando aos alunos o dever de procurar por um curso particular de inglês. Por este motivo, a proposta da IP não é vista como um ato que colocaria as instituições IP e EP em estado de disputa.

² O interdiscurso consiste em “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (...) O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.” (cf. Orlandi, 1999: 31)

A relação do dito com o não dito presente no enunciado “A IP tem o prazer de convidá-los” exemplifica a relação da IP e EP com a historicidade discursiva da construção do poder-dizer. Este poder-dizer, atestado pelo discurso, (Orlandi op. cit.) coloca a IP em uma posição habilitada a fazer a proposta à EP e não o contrário. Há, aí, o sentido histórico sedimentado, já naturalizado, em nossa sociedade de que não se ensina inglês em EPs.

A direção da EP solicita que os representantes da IP apresentem as estrutura e metodologia de ensino da IP. Vimos, como citado anteriormente, que são eleitos importantes fatores como metodologia de ensino, material didático, recursos tecnológicos em detrimento das questões políticas. Desta forma, veremos que é sobre esses argumentos que se funda a proposta da IP.

Segue abaixo a proposta da IP:

- Salas amplas e confortáveis (turmas com 8/10 alunos);
- Áudio e vídeo em todas as salas;
- Programa dividido em quatro módulos de seis meses cada;
- Corpo docente formado por professores capacitados para exercerem a função de educadores;
- Plantão tira-dúvidas, para que o aluno solucione suas dúvidas, tanto das aulas como assunto fora de aula;
- Metodologia dinâmica e expositiva com a participação direta do aluno, onde a teoria e prática caminham juntas, alcançando o aprendizado em menos tempo e de forma efetiva.

No quadro acima, estão listados os tópicos que delineiam as características da IP e, simultaneamente, constroem um imaginário sobre a escola pública e o seu ensino de inglês. A direção dos sentidos, construída pela seqüência dos enunciados, apresenta o problema em que o ensino de inglês na EP se constitui, problema este que deve ser sanado pela IP, que se enuncia como aquela capaz de diagnosticá-lo. É pelo deslizamento de sentidos produzido pelo funcionamento discursivo da proposta da IP é que podemos afirmar que a EP é significada como uma instituição que não ensina/aprende a língua inglesa.

No primeiro enunciado, “Salas amplas e confortáveis (turmas com 8/10 alunos)”, notamos que a IP se baseia em uma reivindicação dos próprios professores de escolas públicas. Ao afirmar que suas salas são amplas e confortáveis com, no máximo, dez alunos por sala, a IP faz significar, naquilo que não é dito, mas que, contraditoriamente, significa, que nas escolas públicas as salas de aula são “*superlotadas* e, desta forma, os alunos não aprendem e os professores não ensinam”.

Segundo o enunciado na IP não há este “problema”, pois as salas de aula são “amplas e confortáveis”, estruturadas de forma a atender o máximo possível as necessidades dos alunos.

A escolha do léxico “amplas”, para adjetivar as salas de aula da IP, se baseia no grande número de alunos que compõem as salas de aula na escola pública. Vemos, assim

que a IP se propõe a resolver o problema da “superlotação” das salas de aula da EP. O léxico “confortáveis”, referindo-se às salas de aula da IP, diz que as salas de aula das escolas públicas não o são.

No segundo enunciado, “áudio e vídeo em todas as salas”, podemos notar a presença da discursividade tecnocrata. Enunciando de tal posição discursiva, a IP direciona aos recursos tecnológicos um estatuto que os faz ocupar um lugar de destaque nas relações de ensino/aprendizado. Presenciamos, no enunciado “áudio e vídeo em todas as salas” uma concepção de ensino que se volta para a utilização de recursos tecnológicos de forma a priorizar os processos que se apóiam em um modelo ideal e perfeito de aprender inglês. Tal concepção nega a possibilidade de se inventarem outras formas de produção de conhecimento sobre a língua e impõe uma forma de ensinar/aprender inglês que desconsidera os diversos ritmos e diversidades dos sujeitos modernos.

Diferentemente da EP, que não dispõe de vídeos e áudios em todas as salas, a IP apresenta ao aluno uma louvação aos recursos tecnológicos. Pois para os alunos da EP, que significam a partir de um gesto de interpretação gerenciado pelas instituições privadas, para aprender a falar inglês, eles devem ver e ouvir os estrangeiros falarem em seus contextos de produção lingüística. Devem assistir a filmes em vídeo e *DVD*, aprender inglês com o auxílio de *Cd-rom*, uso da internet, uso de *softwares*, etc.

Subjaz a esse enunciado o desejo de uniformização dos cursos de inglês. Uniformização esta que se materializa na vigilância dos passos do professor, no controle dos conteúdos vistos em salas de aula e em um comprometimento incondicional do professor e dos alunos a um plano de ensino. Não, há, portanto, espaço para o fracasso. Todos devem aprender, pois os recursos tecnológicos estão à disposição de todos. A IP se caracteriza, segundo a análise deste enunciado, como um espaço privilegiado para o manuseio dos recursos tecnológicos. Ensina/aprende-se a língua inglesa via uso de tecnologia (cf. Oliveira, 2003).

Perante análise do enunciado “Programa dividido em quatro módulos de seis meses cada podemos afirmar que a escolha do léxico “módulo” põe em funcionamento o sentido que se tem do aprendizado de inglês na EP. De acordo com a estruturação dos cursos da IP, ela será capaz de proporcionar ao aluno um aprendizado da língua inglesa em apenas dois anos, sendo que nas escolas públicas demoram-se oito anos.

Um efeito de sentido gerado por um programa que se propõe a fazer em 2 anos é aquele que incita o aluno a duvidar da validade em freqüentar, durante oito anos, as aulas da escola pública. Este efeito de sentido acaba por cristalizar a imagem que o aluno tem do ensino de inglês na escola pública. Podemos dizer que são enunciados como estes que instituem as formações imaginárias da escola pública perante a população. O ensino de inglês na EP é, desta forma, significado pela IP.

A EP, enquanto instituição em que se leciona inglês, não fala de si, não faz propagandas de seu ensino, não chama os alunos para estudarem inglês. Ela se coloca à margem do ensino de inglês, se emudece. É, porém, falada pela IP. Esta última fala do ensino de inglês realizado na EP para que esta não signifique fora dos sentidos necessários para a construção de uma imagem de ensino de inglês em que a EP não conta.

Outra “qualidade” apresentada pela IP em sua proposta é “corpo docente formado por professores capacitados para exercerem a função de educadores”. Na observação da

materialidade lingüística, podemos afirmar que a imagem que a IP tem dos professores de inglês da EP é que possibilita a afirmação de que a IP tem um corpo docente capacitado.

Para a IP, os professores da EP não são capacitados, não podem, portanto, ensinar inglês, pois não o sabem. O fato de a IP apresentar uma proposta a uma escola pública demonstra que o discurso da IP está inserido em uma formação discursiva constituída por sentidos histórico-ideológicos que têm como característica a descrença na EP.

Este enunciado transfere todas as falhas que se presenciam no ensino de inglês realizado na EP aos professores, pois há o estabelecimento de uma região de sentido na qual os professores de inglês da IP são significados como aqueles que não sabem falar inglês. Os professores da IP, além de serem significados como aqueles que sabem falar inglês, também são ditos como habilitados a exercerem a função de educadores. Seja lá o que for isso para a IP.

É construída uma imagem do aluno de EP que ainda não aprendeu a falar inglês, e do professor de EP, incapaz de ensinar. No embate com essas imagens resta apontar a responsabilidade do fracasso percebido no ensino/aprendizado de inglês. Há, nessa formulação de sentidos, um direcionamento do problema do ensino de inglês para a imagem do professor de EP. O problema passa a ser o professor. O que a IP faz é mapear o problema do ensino de inglês, e assim, se apresenta como a única capaz de resolver este problema com o oferecimento de um curso lecionado por “professores capacitados”.

A IP textualiza o lugar do professor da EP como o responsável pelo fracasso do ensino de inglês. O professor da EP, que é dito como não-qualificado, é a prova inquestionável da existência de um problema com o ensino de inglês.

O que nos interessa não é apenas o fato de a IP formular esse tipo de enunciado, mas sim os efeitos de sentidos que esse enunciado causa. Interessa-nos analisar o processo de constituição das formações imaginárias dos alunos e professores da escola pública. Os alunos da EP, ao entrarem em contato com enunciados que vinculam o sentido que os professores da EP não são capacitados a lecionarem inglês, são constituídos de forma a não aceitarem as ações de seus professores, ou mesmo questionarem suas afirmações baseando-se em explicações dadas por professores de instituições privadas. Desencadeia-se, assim, um processo de re-significação da imagem do professor de inglês de escolas públicas. O professor de inglês passa, então, a não ter o respaldo da instituição escolar, uma vez que não sabe ensinar o que se supõe que saiba. O discurso da IP, desta forma, constitui sentido sobre o professor da EP.

Para Pêcheux, (op. cit.) o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores. Assim, compreender o que é efeito de sentido é compreender que o sentido não está fixo em lugar nenhum, mas se produz nas relações dos sujeitos e dos sentidos, e isso só é possível, já que sentido e sujeito se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas.

O fato de esta proposta ter sido aceita pelos dirigentes da EP nos habilita a afirmar que eles ocupam um lugar na cadeia discursiva que os impede de estabelecerem uma reflexão crítica sobre o que a IP concebe sobre seus professores de inglês, e, o que é mais significativo, ainda abrem espaço para a legitimação do discurso da IP sobre o ensino de inglês na EP.

No enunciado “plantão tira-dúvidas, para que o aluno solucione suas dúvidas, tanto das aulas como de assuntos fora dela”, vemos que a IP parte dos seguintes pressupostos: os alunos da EP não tiram suas dúvidas nas aulas da EP, os professores de inglês da EP não solucionam dúvidas que não dizem respeito à sala de aula e os alunos da EP não a chegam formular dúvidas. Do ponto de partida no enunciado presente na proposta da IP, aos pontos de chegada sobre a EP, podemos afirmar que no enunciado de partida, a IP já prevê os gestos de interpretação que ‘objetiva’ instaurar.

Há, no último enunciado, “metodologia dinâmica e expositiva com a participação direta do aluno, onde a teoria e a prática caminham juntas, alcançando o aprendizado em menos tempo e de forma afetiva” uma política do silêncio que se define pelo fato de que ao dizer que a IP é a instituição capacitada, “em que o aluno participa e a teoria e a prática caminham juntas”, por outro lado a EP não o é. Desta forma, apagam, necessariamente, outros sentidos possíveis sobre a EP. Não há, assim, a possibilidade de dizer que na EP também se aprende e se ensina inglês, pois lá não há um diálogo entre teoria e prática.

Esta política do silêncio, segundo Orlandi (1993), produz um recorte entre o que é dito e o que é não-dito. Notamos, pois, que os enunciados presentes na proposta da IP apagam os sentidos indesejáveis, sentidos que poderiam instalar um trabalho significativo de uma outra formação discursiva, outra região de sentido.

Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo (cf. Pêcheux *pt. cit.*), ao proceder desta forma, a IP não permite que o professor da EP ocupe o lugar do profissional bem preparado, o lugar do bom professor de inglês.

Na medida em que é também constitutiva e propagadora de imaginário, a IP serve de referencial para a produção de identidade do professor de inglês em EPs. As IPs produzem sentidos que constroem identidades, produzindo o professor de EPs como sujeito de um determinado discurso. Um discurso que lhe aloca a posição daquele que não sabe ensinar inglês.

Após um processo de análise e reflexão sobre as políticas que formam o discurso sobre o ensino de inglês de escolas públicas, podemos concluir que há um efeito de sentido sobre o professor de inglês diferenciado dos professores das demais disciplinas. Partindo do estudo de Orlandi (1998: 31) em que a autora afirma:

“O sistema de ensino atribui a posse da metalinguagem ao professor, autorizando-o. O professor, por sua vez, se apropria do cientista e se confunde com ele sem se mostrar como voz mediadora. Apaga-se o modo pelo qual se faz essa apropriação do conhecimento do cientista tornando-se, o professor, detentor daquele conhecimento. Como o professor, na instituição, é autoridade convenientemente titulada, e como ele se apropria do cientista, dizer e saber se equivalem. O professor é institucional e idealmente aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender. O que o professor diz se converte em conhecimento, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, no espaço escolar, na aquisição da metalinguagem, a dizer que sabe: a isso se chama escolarização”.

Devemos pontuar que esta apropriação do discurso científico e o conseqüente reconhecimento dos alunos não acontecem com os professores de inglês de ensino fundamental e médio da mesma forma que acontece com os professores de outras disciplinas.

O que vem acontecendo é que com a construção e veiculação de uma imagem de professor de inglês de EP que não sabe inglês e o oferecimento, pelos cursos de idioma, de professores ditos como os que realmente sabem a língua inglesa, os alunos de escola pública visualizam a possibilidade de materializar um questionamento do saber do professor de inglês, pois estes alunos também são constituídos pelo discurso de vinculado pela IP de que somente nas IPs é que realmente se aprende inglês. Há, desta forma, uma institucionalização da escola pública como o lugar de não se saber inglês e do professor de inglês de escola pública como o profissional não apto a ensinar inglês aos alunos da forma que se deve, da forma postulada pelos cursos de idiomas. Assim, o professor de inglês é caracterizado como não sendo institucional e idealmente aquele que possui o saber e que está na escola para ensinar. O que o professor de inglês da EP diz é considerado passível de dúvida. Portanto, deixa margem para que os alunos verifiquem com os professores da IP a correção daquilo que foi ensinado na EP.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a elaboração da proposta de parceria enviada à EP parte do pressuposto de que na EP não se ensina inglês, cabendo, então, à IP (instituto de idioma) dar conta desta falha no ensino de línguas estrangeiras. Para a elaboração do sentido de que não se ensina inglês na EP, a IP faz circular uma imagem de professor de inglês de EP que não tem capacidade para lecionar, a imagem de um professor que não sabe falar inglês.

Um outro argumento utilizado pela IP é o de que na EP não há recursos tecnológicos necessários para que os alunos possam aprender a falar inglês. Vimos que a proposta pedagógica da IP pauta-se, exclusivamente, na utilização de recursos tecnológicos para se posicionar em um lugar diferente do ocupado pela EP.

Podemos afirmar que a proposta de parceria se apresenta como um lugar de textualização da marginalização da EP, pois a EP é dita como um lugar em que não se ensina/aprende inglês. Para tal significação, os professores da EP são ditos como profissionais sem competência para lecionarem. Desta forma, a responsabilidade sobre o fracasso do ensino de inglês é personificada na imagem do professor, fazendo com que os responsáveis pelas diretrizes da política de ensino de LE subsidiem e convoquem a iniciativa privada para resolverem o problema.

Desta maneira, a IP, ao afirmar que conta com um quadro de professores de inglês ditos bem qualificados, se posiciona em um lugar supostamente diferente da EP e passa a ter seu trabalho e sua presença reconhecidos pela sociedade.

Por outro lado, a EP não coloca em prática nenhuma ação que refute a afirmação da IP de que não há bons professores nas EPs. Isto ocorre devido às condições de produção em que os discursos sobre as EPs são produzidos e às condições de trabalho pedagógico que os professores de inglês de EPs encontram em seu dia-a-dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, M. (1969). *L'Archéologie du Savoir*, Gallimard, Paris. Trad. Bras. (1987). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Unversitária.
- OLIVEIRA, E. (2002). “Reflexões sobre o Ensino de Inglês como Língua Estrangeira” – Professores de Inglês em Curso. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Universidade Estadual de Campinas. n.º 39, pp. 69 – 79.
- _____. (2003). Políticas de ensino de línguas estrangeiras em escolas públicas do estado de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.] Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP.
- OLANDI, E. (1993). *As formas do Silêncio*. Ed. Unicamp, Campinas.
- _____. (1998). Identidade Lingüística Escolar. In.: *Língua(gem) Identidade: Elementos para uma discussão no campo aplicado*. Inês Signorini (org.). Mercado de Letras. Campinas.
- _____. (2000). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Pontes, Campinas.
- _____. (2001). *Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Pontes, Campinas.
- PÊCHEUX, M. (1983). “Discours. Structure ou Envennement”. Illinois University Press. trad. bras. (1990). *O Discurso – estrutura ou acontecimento*. E. Orlandi. Ed. Pontes. Campinas.
- _____. (1975). *Les Vérités de la Palice*, Maspero. Paris. trad. bras. (1988) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. E. Orlandi. Campinas. Ed. da Unicamp.